TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

21 de outubro de 2016|Número 024

BOLETIM INFORMATIVO

FETEC CUT
Centro Norte

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

21 de outubro de 2016 | Número 024

Entrevista – Júlio Miragaya

Não, a PEC do Teto não é "o melhor que temos para hoje" – existem alternativas

Helena Borges

No cenário apocaliptico da crise, a única saída apresentada pelo governo, e constantemente cobrada pelo ministro da fazenda Henrique Meirelles, é a efetivação do Projeto de Emenda Constitucional 241, que congelaria os gastos do Estado por 20 anos. E se eles estiverem errado? E se isso que nos apresentam como "o melhor que temos para hoje" não for exatamente o melhor para todos? Fizemos a pergunta ao presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Júlio Miragaya, e a resposta foi clara: "de jeito nenhum" esse seria o melhor que temos para hoje.
Miragaya apontou cálculos feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e exemplos de práticas internacionais que provam existirem outras saídas. E ainda explicou por que a PEC pode congelar não apenas os gastos governamentais, mas também o salário mínimo brasileiro.

THE INTERCEPT BRASIL: Há economistas dizendo que a "PEC é o melhor que temos para hoje". O senhor concorda?
JÚLIO MIRAGAYA: Não, de jeito nenhum. Esse é um raciocínio um pouco preso às amarras do mercado financeiro. Se for para fazer uma discussão como essa, a gente tem que abrir a discussão.
Na nota do Cofecon a gente coloca isso. Tem que fazer ajuste fiscal? Tem! Ninguém em sã consciência diria o contrário. O conselho federal não é favorável ao desequilíbrio fiscal eterno. Claro que não.
Quando a gente fala de orçamento público, há uma visão distorcida de que o Estado se apropria do dinheiro do povo para ficar com ele. Não. O Estado é mero intermediário. Quando o governo arrecada esse dinheiro, ele o distribui. O papel do Estado é esse: arrecadei, agora vou distribuir. Parte distribui para a massa mais pobre, em abono salarial, que é o "Bolsa Família", essas coisas. Parte vai para a classe média, em universidade pública, porque o ensino universitário superior vai para a classe média, principalmente. Agora melhorou um pouco com as cotas, mas a classe média é a grande beneficiada. E parte vai para o topo da pirâmide quando o governo faz isenções fiscais, créditos subsidiados, juros da dívida pública.
Sabe que 85% da dívida pública é apropriado por 0,3% dos investidores, três milésimos. Isso aí é transferência direta para a turma do topo da pirâmide. Então é aí que ele tem que mexer, não é lá embaixo. Ele tem que mexer é nessa renúncia fiscal, nos gastos com juros da dívida pública.
Ele [Temer] coloca a situação em que ou faz assim, a PEC 241, ou o país quebra, ou é o desastre, ou é o caos. E a gente sabe que não é nada disso.
TIB: Alguns países possuem imposto de renda progressivo, cobrando mais dos mais ricos. Seria uma opção viável?
JM: Tem uma pesquisa do IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] que fala do problema no imposto de renda do Brasil: o pequeno número de alíquotas que a gente tem. Nós trabalhamos com três alíquotas, enquanto em outros países a média é de cinco até sete. Se você começa com uma alíquota pequena, não precisa começar já com 15%. Começa com alíquotas de 7 a 8%, e tem países que vão com alíquotas de até 50% ou, às vezes, mais, chegam a 55%.
E tem de aumentar o número de faixas [salariais]. Para que as faixas menores não sejam tão baixas, porque o cara mal ganha dois salários mínimos e já está pagando imposto de renda, o que é um absurdo. É abaixo do salário mínimo Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], que está em R$ 3 mil. E fecha em R$4,8 mil, que é também um absurdo.
Um cara com um salário de R$ 5 mil e outro cara com o salário de R$ 200 mil pagam os mesmos 27,5%. Isso não tem o menor cabimento. Você tem que estender essas faixas, botar uma faixa de 15% para esse camarada com R$ 5 mil e ir aumentando, 20 a 25%. E esse cara com R$ 200 mil paga 40 a 45%.
Não vou nem falar 50 a 55% como tem na Dinamarca, porque aí tem uma revolução aqui no Brasil por conta dessa turma. Mas que evidentemente teria que ter uma diferenciação… não pode parar em R$ 4800.
Então, nessa pesquisa o Sérgio Gobetti mostra isso. A própria tabela do imposto de renda deveria ser profundamente modificada, para que efetivamente pudesse cobrar mais para quem tem condições de pagar.
TIB: E a gente não tem imposto sobre lucros e dividendos no Brasil…
JM: Não tem. Somos um dos dois poucos países do mundo que isentam integralmente. Tem alguns que tributam pouco, mas no Brasil é integral, é isenção total. Só o Brasil e a Estônia fazem isso. O IPEA tem um estudo sobre isso, que mostra que, com uma alíquota sobre lucros e dividendos, o Estado arrecadaria R$43 bilhões. Significa que tem um total de aproximadamente R$ 350 bilhões por ano que são lucros e dividendos auferidos no país e que não são tributados, vai direto para o bolso dessas pessoas.
TIB: Existem também outros impostos para as classes mais ricas que nós não temos e que são adotados em larga escala internacionalmente, não?
JM: A tributação sobre herança, que é pífia no Brasil. Varia de 4 a 8% e, em alguns países, chega a 30%. Imposto territorial rural que é tão pequeno, mas tão pequeno, que a União falou assim: "Oh, fica com os municípios, que é tão mixaria…" Não se tributa efetivamente a renda do capital pessoa física. Então, por que o governo não coloca em questão isso?
Vamos fazer uma reforma no modelo tributário. Não uma reforma tributária, mexer no ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços], nisso, naquilo… Pode fazer, também, os ajustes que têm de ser feitos, mas o ideal é o modelo tributário. É um modelo que não tributa aqueles que deveriam pagar mais.
Então, ele [Temer] coloca a situação em que ou faz assim, a PEC 241, ou o país quebra, ou é o desastre, ou é o caos. E a gente sabe que não é nada disso.
"Aqui é curioso, porque quem reclama da tributação é quem não paga. São os mais ricos que estão sempre reclamando. Eles já não pagam o pato."
TIB: Então tem como mudar os impostos…
JM: O Estado tem uma máquina de tributação à sociedade. Aqui, ainda por cima, tributa mal a sociedade. Porque tributa muito mais o consumo e a renda do trabalho do que a renda do capital, na contramão do resto do mundo, que tributa mais quem pode pagar mais, o capital. Mas aqui é o contrário.
Aliás, aqui é curioso, porque quem reclama da tributação é quem não paga. São os mais ricos que estão sempre reclamando. Eles já não pagam o pato. Mas são quem está reclamando, sempre. Porque não só proporcionalmente pagam menos, como o pouco que deveriam pagar ainda sonegam. Mas essa é uma outra história. Mas é a verdade.
TIB: Mas por que essas coisas não são abordadas como solução para aumentar a arrecadação?
JM: Não à toa a PEC 241 fala em despesas não financeiras. Por quê? Porque não mexe, é imexível. Como dizia o [Antônio Rogério] Magri, são imexíveis essas despesas financeiras, são quase que sagradas. Então, pelo lado da despesa, o governo podia estar se movimentando em outra direção. Não vai nessa direção porque o choque é muito forte, com poderes econômicos muito fortes. Então vai no povão, coitado, que está acostumado a pagar o pato.
E pelo lado da receita, aí tem essa história de que a carga tributária não permite. Não permite tributar mais o consumo, não permite tributar o trabalho, mas permite tributar a renda do capital.
TIB: Talvez esse seja o grande desafio, de explicar a economia e as possibilidades para a população.
JM: Sim, mas tem como fazer.

Leia a entrevista completa em :]https://theintercept.com/2016/10/14/nao-a-pec-do-teto-nao-e-o-melhor-que-temos-para-hoje-existem-alternativas/

TUXAUA

Análise

BOLETIM INFORMATIVO

21 de outubro de 2016 | Número 024

Abrir mão da Petrobras é abrir mão do Brasil

Petróleo significa poder e entregar a produção nacional aos estrangeiros é desistir da soberania e da independência

*Pedro P. Bocca**

A votação na Câmara Federal, realizada no último dia 5, do Projeto de Lei 4567/16, que desobriga a Petrobras de ser a operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha de produção, é parte fundamental da agenda coordenada do novo governo ilegítimo e seus parceiros internacionais.

Proposto no Senado por José Serra (PSDB) – alçado não por acaso ao papel de ministro das Relações Exteriores pelo governo Michel Temer (PMDB) – o projeto retira da Petrobras o controle sobre as reservas do pré-sal, e abre caminho para a exploração estrangeira destes recursos.

A crise eclodida em 2008 reforçou a importância estratégia do controle dos recursos naturais. Se por um lado a crise propiciou condições para que economias emergentes, como o Brasil, crescessem ocupando espaços deixados pelos países centrais, acirrou a disputa por recursos naturais, fundamentais para a recuperação das economias desenvolvidas. Combustíveis fósseis, como petróleo e gás, ganham ainda mais importância neste processo.

A queda vertiginosa do preço do barril de petróleo nos últimos anos pode, e deve, ser encarada como uma ação política. Se em julho de 2014 o preço do barril era de 111,87 dólares, em setembro de 2016 é de 46,19 dólares, tendo sua maior queda em janeiro deste ano, quando chegou a 30,80 dólares.

Barato para quem precisa comprar, baixo para quem produz – em especial para os países cuja extração tem um custo mais alto, como no caso venezuelano e do pré-sal brasileiro. O preço, dizem os mais céticos, é regido pelo mercado. Mas quem rege o mercado?
Não pode ser tratado como uma mera coincidência, portanto, o fato de que diversos países que tenham nestes recursos elemento importante de sua economia ou ação geopolítica tenham sido, nos últimos anos, alvo de instabilidade política e econômica.

A invasão da Líbia (9ª maior reserva de petróleo do mundo), o conflito gerado na Ucrânia (envolvendo reservas de gás natural), a guerra civil forjada na Síria (país aliado da Rússia, que possui controle estratégico de gasodutos no Oriente Médio) e a crise político-econômica na Venezuela (maior reserva de petróleo do mundo, e um dos dez maiores produtores) fazem parte deste cenário.

Sendo assim, também não é coincidência que no Brasil, dono da sexta maior reserva comprovada de petróleo do mundo após a descoberta do pré-sal, a desestabilização do governo Dilma Rousseff tenha se iniciado justamente tendo como foco a Petrobras, no episódio conhecido como "Petrolão", berço da operação Lava-Jato.

Como em um *flashback* noventista, o ataque à Petrobras e as acusações de corrupção têm um claro objetivo de denunciar a má gestão do Estado sobre a empresa e levar opinião pública, elite e (agora cada vez mais) governo à "inevitável" privatização – cuja tese ganha ainda mais peso em um momento de menor lucratividade produtiva.

Se a privatização da Petrobras – ou Petrobrax, retomando o projeto de "internacionalização" da marca no governo Fernando Henrique Cardoso – retiraria completamente do Estado a soberania sobre as reservas e a exploração do mais geopolítico dos recursos naturais, o projeto do neo chanceler ilegítimo cumpre parcialmente este objetivo.

Serra, em defesa de seu projeto no Senado, alegou que retirar da Petrobras a obrigatoriedade da operação das reservas do pré-sal não significa a perda da soberania do Estado sobre seus recursos, pois o poder de decisão sobre a exploração das reservas passa ao Executivo. É compreensível, portanto, que o resentado em 2015 venha a ser aprovado nos primeiros meses do governo de Michel Temer.

Se o governo Dilma Rousseff já sinalizava uma mudança de rumos da política externa altiva e ativa dos oito anos anteriores, mantendo algumas de suas principais características mas apostando na reaproximação com os Estados Unidos, a "política externa transilvânica" nas mãos de Serra e Temer no faz embarcar em uma cápsula do tempo que nos leva de volta aos anos 90.

As seguidas tragédias diplomáticas do governo ilegítimo em relação aos vizinhos latino-americanos, cuja integração era uma das bases da política anterior, é apenas parte do desastre maior.
Ao mesmo tempo em que minam a integração regional em nosso continente, Temer e Serra se aproximam das economias centrais que sempre relegaram ao País um papel subalterno na Divisão Internacional do Trabalho, trazem instabilidade aos BRICS e atuam na contramão das relações Sul-Sul que fizeram do Brasil importante ator da política internacional no último período, tanto como liderança regional, como dos países emergentes.

Ao negar este papel, o Brasil se apequena para o mundo e a entrega do pré-sal aos interesses estrangeiros reforça este movimento.

A descoberta histórica do pré-sal brasileiro – e o desenvolvimento da tecnologia necessária para sua extração – poderia alterar o papel do País do cenário internacional, reforçando sua liderança e garantindo autonomia para a consolidação de um projeto de desenvolvimento nacional.

As grandes potências sabem disso, e a reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos, suspensa desde o fim da II Guerra Mundial, na costa do Atlântico meses após a descoberta das reservas litorâneas mostram isso. Mais do que a gasolina que abastece automóveis, o petróleo significa no atual contexto internacional um combustível ainda maior: poder.

Ao abrir mão desta riqueza econômica e política, Temer, Serra, o Senado e a Câmara Federal abrem mão de um projeto de nação soberana e independente. O que é coerente com o que tiveram que fazer para assumir o governo. Os vampiros se divertem.

**Professor de Relações Internacionais da Fundação Santo André e integrante do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais/GR-RI.*

http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/abrir-mao-da-petrobras-e-abrir-mao-do-brasil?utm_content=buffere0336&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer

TUXAUA
BOLETIM INFORMATIVO
21 de outubro de 2016 | Número 024

Xadrez do fator Eduardo Cunha

Luis Nassif

A graça de um cenário é quando consegue identificar fatos pouco conhecidos, montar ilações pouco percebidas, tirar conclusões inesperadas. Não é o caso da prisão do ex-deputado Eduardo Cunha, respeitosamente detido pela Polícia Federal, com autorização do juiz Sérgio Moro, e com a recomendação de não fazerem espetáculo.
As conclusões unânimes são as seguintes:
1. Eduardo Cunha era pato manco desde o ano passado. Era um caso de prisão óbvia.
2. Nunca pertenceu ao establishment político e midiático, como Aécio Neves e José Serra. Portanto, seria mínima a linha de resistência à prisão.
3. O grupo da Lava Jato, juiz Sérgio Moro à frente, conta que, com a prisão, se consiga demonstrar um mínimo de imparcialidade, ampliando a força para uma futura prisão de Lula.

Essas são as conclusões óbvias. Os desdobramentos, são mais imprevisíveis.
Ninguém minimamente informado tem a menor dúvida sobre a parcialidade da Lava Jato e sobre as estratégias políticas por trás de cada operação. Nas vésperas das eleições municipais, foram mais três operações com estardalhaço sobre alvos petistas.
Agora, uma operação discreta sobre um não-petista.
Há os objetivos óbvios da Lava Jato e os desdobramentos ainda obscuros.

Peça 1 - Prisão e/ou inabilitação de Lula para 2018.
Dias atrás, a Vox Populi soltou uma pesquisa sobre eleições presidenciais. Em todas elas, dava vitória de Lula no primeiro turno. Nenhum veículo de imprensa repercutiu.
Ontem, foi a vez da CNT-IBOPE divulgar outra pesquisa com resultados semelhantes.
Mais ainda. No segundo turno, o único em condições de enfrentar Lula seria Aécio Neves (devido ao recall das últimas eleições) e mesmo assim haveria empate técnico.
Com todos os demais candidatos, haveria vitória de Lula.
Um dado da pesquisa Vox Populi foi pouco notado. Na relação dos brasileiros mais admirados, o primeiro é Sérgio Moro, com 50%. O segundo, Lula, com 33%. O terceiro, Dilma com 23%. Os demais vêm mais abaixo.
Hipoteticamente, a única pessoa capaz de peitar Lula seria Sérgio Moro. E em seu terreno, o Judiciário e no terreno comum da opinião pública.
Peça 2 - Os tucanos blindados
Para analisar os desdobramentos da eventual delação de Eduardo Cunha, o primeiro passo é identificar os que NÃO serão atingidos.
Obviamente, serão as lideranças tucanas, devidamente blindadas pela Lava Jato e pela Procuradoria Geral da República (PGR).
Aécio Neves
Os jornais soltam fogos de artifício para demonstrar isenção. Foi o caso da denúncia de que Aécio Neves viajou para os Estados Unidos com recursos do fundo partidário, um pecadilho.
A dúvida que ninguém respondeu até agora: porque Dimas Toledo, o caixa político de Furnas, jamais foi incomodado pela Lava Jato ou pela Procuradoria Geral da República (PGR)?
Dimas é a chave de todo esquema de corrupção de Furnas.
Há o caso do helicóptero com 500 quilos de cocaína, que jamais mereceu uma iniciativa sequer do Ministério Público Federal.
Em 2013, o MPF aliou-se à Globo para derrubar a PEC 37, que pretendia restringir seu poder de investigação. A alegação é que o MPF não poderia ficar a reboque da Polícia Federal, quando percebesse pouco empenho nas investigações.
José Serra
A recente decisão da Justiça, de anular a condenação dos réus do chamado "buraco do Metrô", escondeu um escândalo ainda maior. Os réus eram funcionários menores das três empreiteiras envolvidas – Odebrecht, Camargo Correia e OAS.
Fontes que acompanharam as investigações, na época, contam que a intenção inicial do Ministério Público Estadual era indiciar os presidentes das companhias. Houve uma árdua negociação política, conduzida por instâncias superiores do Estado, que acabou permitindo que as empreiteiras indicassem funcionários de escalão inferior. O custo da operação teria sido de R$ 15 milhões, divididos irmãmente entre as três empreiteiras.
O governador da época era José Serra.
Na Operação Castelo de Areia (que envolveu a Camargo Correia, e que foi anulada graças a um trabalho político do advogado Márcio Thomas Bastos) havia indícios veementes do pagamento de R$ 5 milhões pela empreiteira.
Agora, a delação da Odebrecht menciona quantia similar. Interromperam a delação do presidente da OAS, mas não seria difícil que revelasse os detalhes.
São bolas quicando na área do PSDB e que dificilmente serão aproveitadas pela Lava Jato ou pelo PGR.
Peça 3 – os desdobramentos da delação de Cunha
Desdobramento 1 - Temer
Eduardo Cunha é obcecado, mas não rasga dinheiro. Tem noção clara de seus limites. Sabe que uma delação só aliviará suas penas se aceitas pela Lava Jato ou pelo PGR.
Como existe o privilégio de foro para políticos com mandato ou cargos, o árbitro para as delações envolvendo o andar de cima é o PGR Rodrigo Janot. O conteúdo das delações dependerá muito mais das intenções de Janot e da Lava Jato do que do próprio Cunha.
Portanto, todos os desdobramentos da prisão de Cunha dependerão nas relações entre PSDB-mídia-Judiciário e a camarilha dos 6 (Temer, Cunha, Jucá, Geddel, Padilha, Moreira Franco) que assumiu o controle do país.
Poderá haver acertos de conta pessoais de Cunha com um Moreira Franco, por exemplo, que poderá ser defenestrado sem danos maiores ao grupo de Temer.
Mas qualquer ofensiva mais drástica sobre o grupo teria que ser amarrada, antes, com a mídia (especialmente Globo), com o PSDB e sentir os ventos do STF (Supremo Tribunal Federal).
Temer tem se revelado um presidente abaixo da crítica. Mas ainda é funcional, especialmente se entregar a PEC 241. A cada dia, no entanto, amplia seu nível de desgaste. Em um ponto qualquer do futuro se tornará disfuncional. E aí a arma Eduardo Cunha poderá ser sacada pelo PGR.
Desdobramento 2 – Lava Jato
A Lava Jato vive seus últimos momentos de glória. Seu reinado termina no exato momento em que pegar Lula. Justamente por isso, é possível que queira tirar alguns fogos de artifício da gaveta para o pós-Lula.
À medida em que se esgote, os tribunais superiores passarão a rever suas ilegalidades, a fim de poupar os políticos até agora não atingidos por ela.
Mas ainda é uma caixa de Pandora.
Desdobramento 3 – as novas lideranças
A prioridade total é a inabilitação e/ou prisão de Lula.
Só depois disso é que haverá o novo realinhamento político, e aí com novo atores.
Do lado do PSDB:
1. Geraldo Alckmin subindo, depois da vitória de João Dória Jr.
2. Aécio em queda, pelos indícios de crime, mesmo não levando a consequências legais.
3. Serra fora do jogo, tentando decorar siglas de organizações multilaterais, sem apoio no PSDB e no DEM.
Do lado das oposições:
1. Já está em formação um núcleo de governadores progressistas, visando costurar estratégias e alianças acima das executivas dos partidos. Anote que daqui para a frente tenderão a ter um protagonismo cada vez maior na cena política, substituindo as estruturas partidárias, imobilizadas em lutas internas.
2. Ciro Gomes é o opositor de maior visibilidade, até agora, mas mantendo o mesmo estilo carbonário da juventude. Suas verrinas contra Temer fazem bem ao fígado, mas preocupam as mentes mais responsáveis.
3. Há uma tendência de crescimento de Fernando Haddad, prefeito derrotado nas últimas eleições. Na expressão do governador baiano Rui Costa, Haddad caiu para cima. Sua avaliação, no MEC e na prefeitura de São Paulo, crescerá com o tempo.

https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-do-fator-eduardo-cunha#.WAgYWo0FXLo.twitter

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

21 de outubro de 2016 | Número 024

Artigos

Democracia não cabe no neoliberalismo e vice-versa

Não resta a Temer discurso algum, senão o da ordem e o da economia de recursos, que se traduzem em repressão às manifestações e em medidas antipopulares.

Emir Sader

A retomada do modelo neoliberal, fracassado nos anos 1990, derrotado sucessivamente em 2002, 2006, 2010 e 2014, só pode se dar mediante um governo não democrático. Golpista no acesso ao poder, porque não obteria maioria democrática nos processos eleitorais com um projeto tão antipopular e autoritário, porque tem que governar contra o interesse da grande maioria da população.

Um governo que se coloca como objetivo a aplicação de um duro ajuste fiscal, que corta direitos adquiridos pela massa da população, que acentua ainda mais a recessão econômica e, com ela, o desemprego e a perda de poder aquisitivo dos salários, é incompatível com a democracia, porque governa contra a grande maioria dos brasileiros. Temer disse que se conforma com ter o apoio de 5% da população, porque sabe que governa para essa minoria. Mesmo contando com o apoio da velha mídia, não conseguiria obter apoio popular para um programa tão antipopular.

Daí o endurecimento não apenas repressivo do governo, mas das ações concertadas com a Polícia Federal, com promotores, com a Procuradoria-Geral da República, com o Supremo Tribunal Federal, para blindar o sistema politico, para dificultar ao máximo que as forças populares possam voltar a ganhar eleições presidenciais e desfazer o que o governo golpista está fazendo.

O pouco tempo em que está governando foi suficiente para demonstrar que o governo golpista não tem nem discurso e nem medidas que possam conquistar um mínimo de apoio na sociedade. Seu núcleo estratégico, a equipe econômica, só tem a prometer um duro ajuste fiscal, com a esperança de recuperar o que considera o equilíbrio das contas públicas em 2017 ou talvez só em 2018. Não tem o mínimo que se pudesse chamar de projeto hegemônico, que conseguisse organizar um bloco social coerente para governar e um bloco social de apoio.

Ao contrário, o Temer foi indispensável para o golpe, pelo seu cargo de vice-presidente, nada mais do que isso. Seu discurso inicial de "reunificação" do país se choca com o seu isolamento absoluto. A recuperação da economia não tem horizonte futuro algum. Até o equilíbrio fiscal, que poderia ser o objetivo essencial, está afetado pelos gastos desequilibrados do governo.

Não lhe resta discurso algum, senão o da ordem e o da economia de recursos, que se traduzem em repressão às manifestações e em medidas antipopulares. Temer se resigna, dizendo que não lhe importaria ter 5% de apoio, se "colocar a economia nos trilhos", mas em trilhos que atendem a esses 5% e não à grande maioria.

Em escala mundial o neoliberalismo produz governos impopulares, que têm pânico das eleições e só se mantêm pela repressão. As políticas de austeridade na Europa desgastam a todos os governos que as assumem e causam crise permanente de legitimidade. Na América Latina, em países como o México, o Peru, o Chile, os governos se desgastam logo que são eleitos e mantêm o modelo neoliberal, nunca conseguem eleger seus sucessores. As pessoas se interessam cada vez menos pela política, porque os partidos se sucedem, mas reproduzem o programa de governo.

O capitalismo, na sua fase neoliberal, se choca assim, frontalmente, com a democracia. Tem que apelar, cada vez mais, para a repressão, para blindar os sistemas político-eleitorais, para tentar impedir que a esquerda eleja presidentes que ponham em prática projetos alternativos aos seus.

No Brasil, conforme a direita retoma o mesmo modelo neoliberal, a impopularidade fará com que o governo se choque, cada dia mais, com a democracia, se torne cada vez mais autoritário e impopular. Viveremos dois anos de grande disputa política em torno da continuidade desse modelo ou de uma nova derrota sua, se conseguimos recuperar para o povo o direito de decidir sobre os seus destinos.

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/122/neoliberalismo-contra-democracia-2857.html

Com funcionários sob censura, IPEA se transforma em propaganda de governo

*Sinara Gumieri**

A principal estratégia de ajuste fiscal – isto é, de gastar menos do que arrecada – do governo não-eleito de Michel Temer é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que pretende estabelecer limites máximos para gastos públicos, inclusive com educação e saúde, para os próximos 20 anos. A medida é injusta: restringe os parcos recursos básicos para proteção de direitos sociais em áreas historicamente sub-financiadas. Enquanto isso, há um silêncio gritante sobre alternativas mais igualitárias, como aumentar a arrecadação de recursos com uma tributação mais pesada sobre os mais ricos. Ainda assim, e quase sem participação popular, a PEC 241 foi aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados na semana passada. Se for aprovada por lá mais uma vez, e mais duas vezes no Senado, a também chamada PEC da Desigualdade se tornará realidade.

Para tentar suprir a falta de informação tão necessária a qualquer debate sobre recursos públicos, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgaram um estudo sobre potenciais impactos da PEC 241 em investimentos sociais, apontando uma perda de até 743 bilhões de reais em longo prazo no orçamento para saúde. O presidente do IPEA, Ernesto Lozardo, rapidamente publicou nota no site da instituição questionando argumentos dos colegas que parece imaginar serem seus subordinados.

O debate confiável se move mesmo pela dúvida e pela transparência, mas Lozardo fugiu ao rigor da comunicação acadêmica ao optar por uma nota em lugar de estudo que refutasse os achados alheios. Não parou por aí: desautorizou o estudo para afirmar que a posição institucional do IPEA é favorável à PEC 241, sem se preocupar em dizer como essa posição foi decidida. Uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo questionado, Fabíola Vieira, pediu exoneração; logo depois, a Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Afipea) denunciou o que já se suspeitava: que pesquisadores foram constrangidos pela direção do órgão por seus dados e argumentos.

A divergência argumentativa é parte da comunicação científica, e o IPEA cumpriria sua função se garantisse espaço para o debate embasado em dados confiáveis. Mas uma instituição que assume uma posição e silencia dissidentes está mais perto de órgão de propaganda oficial do que de pesquisa. Buscando apoio para a PEC do teto dos gastos, o governo federal de Michel Temer não hesitou em gastar R$ 50 mil ao oferecer um jantar para 200 parlamentares, no qual o presidente disse que a PEC “cortaria na carne” para garantir o ajuste fiscal. Na carne de quem? Da democracia, da liberdade de pensamento e de usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) e de escolas públicas, que fique claro.

Advogada e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética. Este artigo é parte do falatório Vozes da Igualdade, que todas as semanas assume um tema difícil para vídeos e conversas.

Para saber mais sobre o tema deste artigo, siga https://www.facebook.com/AnisBioetica

http://justificando.com/2016/10/18/com-funcionarios-sob-censura-ipea-se-transforma-em-propaganda-de-governo/

Artigo

PEC do Juízo Final e reforma da Previdência são rejeitadas por 80% dos brasileiros, constata pesquisa CUT/Vox Populi

Pesquisa CUT/Vox Populi mostra ainda que 74% dos entrevistados avaliam negativamente o governo golpista de Temer

Marize Muniz

80% dos trabalhadores do campo e da cidade rejeitam a proposta do governo Temer de aumentar a idade mínima para 65 anos com, no mínimo, 25 anos de contribuição, que vai prejudicar os trabalhadores mais pobres que começam a trabalhar mais cedo, como a CUT vem alertando. Outros 15% concordam com o arrocho previdenciário, 4% nem concordam nem discordam e 2% não sabem, não têm opinião ou não responderam.

70% dos entrevistados são contra a PEC 241 - também chamada de "PEC do Juízo Final" -, que congela gastos públicos, em especial despesas com Saúde e Educação pelos próximos 20 anos. Só 19% concordam com a aprovação da medida, 6% são indiferentes - nem concordam nem discordam – e 5% não sabem, não responderam ou não têm opinião formada.

Ao analisar os resultados da 5ª rodada da pesquisa CUT/Vox Populi, o presidente da CUT, Vagner Freitas, destacou o fato de que as propostas de Temer, que atacam direitos sociais e trabalhistas e indicam arrocho salarial e previdenciário sem precedentes no Brasil, são conhecidas e rejeitadas pela maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Para Vagner, os resultados contribuem para a avaliação negativa dos golpistas - Temer é mal avaliado por 74% dos brasileiros (para 40% o desempenho dele é regular, para 34% é negativo) - e servem de alerta para os parlamentares que estão votando a favor da retirada de direitos.

"Ao contrário do que deputados e senadores pensam", diz Vagner, "o povo está informado, sabe que será o mais prejudicado com menos hospitais, menos médicos; e, se a reforma da Previdência passar, que vai ter de trabalhar até morrer."

Como uma das entidades brasileiras que mais defende total transparência, a CUT vai divulgar em todo o país os nomes de todos os deputados e senadores que votarem contra a classe trabalhadora.

"Os traidores da classe trabalhadora serão expostos cotidianamente até as eleições de 2018, podem ter certeza. Faremos de tudo para que nenhum jamais seja reeleito", concluiu Vagner.

Piora da avaliação de Temer como presidente

Temer é mal avaliado por 74% dos brasileiros. Só 11% avaliam Temer de maneira positiva e 15% não sabem ou não responderam.

No Nordeste, Temer é avaliado negativamente por 78% dos entrevistados - 46% negativo, 32% regular. Apenas 8% dos nordestinos avaliam o golpista de forma positiva.

A expectativa de como o Brasil vai ficar no governo do golpista também piorou no Nordeste. Enquanto o Brasil se dividiu - 33% acreditam que vai piorar e o mesmo percentual acham que vai melhorar -, o Nordeste foi taxativo: para 50% vai piorar.

A pesquisa CUT/Vox Populi foi realizada depois do resultado das eleições, entre os dias 9 e 13 de outubro. Foram entrevistadas 2 mil pessoas com idade superior a 16 anos no Distrito Federal e em todos os estados brasileiros, exceto Roraima. Foram ouvidos todos os segmentos econômicos e demográficos em 116 municípios.

A pesquisa avaliou sentimentos e opiniões da população brasileiros a respeito de questões políticas e administrativas e a margem de erro é de 2,2%, estimada em um intervalo de confiança de 95%.

Acesse http://cut.org.br/system/uploads/ck/files/PesquisaVoxout2016PDF.pdf e confira os dados da pesquisa

http://cut.org.br/noticias/pec-do-juizo-final-e-reforma-da-previdencia-sao-rejeitadas-por-80-dos-brasileiro-a0cd/

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

21 de outubro de 2016 | Número 024

Opinião

Por que querem me condenar

Não é o Lula que pretendem condenar, é o projeto político que represento. A Justiça e a verdade prevalecerão. O que preocupa são as violações, a sombra do Estado de exceção se erguendo sobre o país

Luiz Inácio Lula da Silva

Em mais de 40 anos de atuação pública, minha vida pessoal foi permanentemente vasculhada - pelos órgãos de segurança, pelos adversários políticos, pela imprensa. Por lutar pela liberdade de organização dos trabalhadores, cheguei a ser preso, condenado como subversivo pela infame Lei de Segurança Nacional da ditadura. Mas jamais encontraram um ato desonesto de minha parte.

Sei o que fiz antes, durante e depois de ter sido presidente. Nunca fiz nada ilegal, nada que pudesse manchar a minha história. Governei o Brasil com seriedade e dedicação, porque sabia que um trabalhador não podia falhar na Presidência. As falsas acusações que me lançaram não visavam exatamente a minha pessoa, mas o projeto político que sempre representei: de um Brasil mais justo, com oportunidades para todos.

Às vésperas de completar 71 anos, vejo meu nome no centro de uma verdadeira caçada judicial. Devassaram minhas contas pessoais, as de minha esposa e de meus filhos; grampearam meus telefonemas e divulgaram o conteúdo; invadiram minha casa e conduziram-me à força para depor, sem motivo razoável e sem base legal. Estão à procura de um crime, para me acusar, mas não encontraram e nem vão encontrar.

Desde que essa caçada começou, na campanha presidencial de 2014, percorro os caminhos da Justiça sem abrir mão de minha agenda. Continuo viajando pelo país, ao encontro dos sindicatos, dos movimentos sociais, dos partidos, para debater e defender o projeto de transformação do Brasil. Não parei para me lamentar e nem desisti da luta por igualdade e justiça social.

Nestes encontros renovo minha fé no povo brasileiro e no futuro do país. Constato que está viva na memória de nossa gente cada conquista alcançada nos governos do PT: o Bolsa Família, o Luz Para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o novo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Programa de Aquisição de Alimentos, a valorização dos salários - em conjunto, proporcionaram a maior ascensão social de todos os tempos.

Nossa gente não esquecerá dos milhões de jovens pobres e negros que tiveram acesso ao ensino superior. Vai resistir aos retrocessos porque o Brasil quer mais, e não menos direitos.

“Meus acusadores sabem que não roubei, não fui corrompido nem tentei obstruir a Justiça, mas não podem admitir. Não podem recuar depois do massacre que promoveram na mídia. Tornaram-se prisioneiros das mentiras que criaram”

Não posso me calar, porém, diante dos abusos cometidos por agentes do Estado que usam a lei como instrumento de perseguição política. Basta observar a reta final das eleições municipais para constatar a caçada ao PT: a aceitação de uma denúncia contra mim, cinco dias depois de apresentada, e a prisão de dois ex-ministros de meu governo foram episódios espetaculosos que certamente interferiram no resultado do pleito.

Jamais pratiquei, autorizei ou me beneficiei de atos ilícitos na Petrobras ou em qualquer outro setor do governo. Desde a campanha eleitoral de 2014, trabalha-se a narrativa de ser o PT não mais partido, mas uma "organização criminosa", e eu o chefe dessa organização. Essa ideia foi martelada sem descanso por manchetes, capas de revista, rádio e televisão. Precisa ser provada à força, já que "não há fatos, mas convicções".

Não descarto que meus acusadores acreditem nessa tese maliciosa, talvez julgando os demais por seu próprio código moral. Mas salta aos olhos até mesmo a desproporção entre os bilionários desvios investigados e o que apontam como suposto butim do "chefe", evidenciando a falácia do enredo.

Percebo, também, uma perigosa ignorância de agentes da lei quanto ao funcionamento do governo e das instituições. Cheguei a essa conclusão nos depoimentos que prestei a delegados e promotores que não sabiam como funciona um governo de coalizão, como tramita uma medida provisória, como se procede numa licitação, como se dá a análise e aprovação, colegiada e técnica, de financiamentos em um banco público, como o BNDES.

De resto, nesses depoimentos, nada se perguntou de objetivo sobre as hipóteses da acusação. Tenho mesmo a impressão de que não passaram de ritos burocráticos vazios, para cumprir etapas e atender às formalidades do processo. Definitivamente, não serviram ao exercício concreto do direito de defesa.

Passados dois anos de operações, sempre vazadas com estardalhaço, não conseguiram encontrar nada capaz de vincular meu nome aos desvios investigados. Nenhum centavo não declarado em minhas contas, nenhuma empresa de fachada, nenhuma conta secreta.

Há 20 anos moro no mesmo apartamento em São Bernardo. Entre as dezenas de réus delatores, nenhum disse que tratou de algo ilegal ou desonesto comigo, a despeito da insistência dos agentes públicos para que o façam, até mesmo como condição para obter benefícios.

A leviandade, a desproporção e a falta de base legal das denúncias surpreendem e causam indignação, bem como a sofreguidão com que são processadas em juízo. Não mais se importam com fatos, provas, normas do processo. Denunciam e processam por mera convicção - é grave que as instâncias superiores e os órgãos de controle funcional não tomem providências contra os abusos.

Acusam-me, por exemplo, de ter ganho ilicitamente um apartamento que nunca me pertenceu - e não pertenceu pela simples razão de que não quis comprá-lo quando me foi oferecida a oportunidade, nem mesmo depois das reformas que, obviamente, seriam acrescentadas ao preço. Como é impossível demonstrar que a propriedade seria minha, pois nunca foi, acusam-me então de ocultá-la, num enredo surreal.

Acusam-me de corrupção por ter proferido palestras para empresas investigadas na Operação Lava Jato. Como posso ser acusado de corrupção, se não sou mais agente público desde 2011, quando comecei a dar palestras? E que relação pode haver entre os desvios da Petrobras e as apresentações, todas documentadas, que fiz para 42 empresas e organizações de diversos setores, não apenas as cinco investigadas, cobrando preço fixo e recolhendo impostos?

Meus acusadores sabem que não roubei, não fui corrompido nem tentei obstruir a Justiça, mas não podem admitir. Não podem recuar depois do massacre que promoveram na mídia. Tornaram-se prisioneiros das mentiras que criaram, na maioria das vezes a partir de reportagens facciosas e mal apuradas. Estão condenados a condenar e devem avaliar que, se não me prenderem, serão eles os desmoralizados perante a opinião pública.

Tento compreender esta caçada como parte da disputa política, muito embora seja um método repugnante de luta. Não é o Lula que pretendem condenar: é o projeto político que represento junto com milhões de brasileiros. Na tentativa de destruir uma corrente de pensamento, estão destruindo os fundamentos da democracia no Brasil.

É necessário frisar que nós, do PT, sempre apoiamos a investigação, o julgamento e a punição de quem desvia dinheiro do povo. Não é uma afirmação retórica: nós combatemos a corrupção na prática.

Ninguém atuou tanto para criar mecanismos de transparência e controle de verbas públicas, para fortalecer a Polícia Federal, a Receita e o Ministério Público, para aprovar no Congresso leis mais eficazes contra a corrupção e o crime organizado. Isso é reconhecido até mesmo pelos procuradores que nos acusam.

Tenho a consciência tranquila e o reconhecimento do povo. Confio que cedo ou tarde a Justiça e a verdade prevalecerão, nem que seja nos livros de história. O que me preocupa, e a todos os democratas, são as contínuas violações ao Estado de Direito. É a sombra do estado de exceção que vem se erguendo sobre o país.

http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/10/1823740-por-que-querem-me-condenar.shtml

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

21 de outubro de 2016 | Número 024

Artigo

A hipocrisia do financismo e a SELIC

Apesar da expectativa de redução da SELIC, O BC nada tem feito para reduzir os spreads e os custos financeiros embutidos nas operações de crédito.

Paulo Kliass *

Na terça-feira, dia 18 de outubro, teve início a 201ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM). Com seus encontros regulares previamente agendados para intervalos a cada 45 dias, o colegiado responsável por esse importante instrumento do conjunto da política econômica deverá anunciar no final do dia 19 sua decisão a respeito do patamar da taxa oficial de juros, a SELIC.
Trata-se do penúltimo encontro dos integrantes da diretoria do Banco Central (BC) com esse objetivo específico marcado para 2016. Durante dois longos dias esse grupo deverá discutir exaustivamente a respeito das condições da conjuntura econômica internacional e nacional, buscando avaliar as condições em cada um dois setores de atividade. Como costuma acontecer, ao final da reunião, as expectativas da imprensa e dos formadores de opinião no âmbito do financismo serão confrontadas com a decisão anunciada: i) elevação; ii) redução; ou iii) manutenção da taxa.

Queda da SELIC depois de 15 meses.

Enquanto escrevo este artigo, a fumaça branca ainda não podia ser avistada no alto do imponente prédio escuro do BC, localizado no Setor de Autarquia Sul da Capital da República. De acordo com as fontes ouvidas pela grande imprensa, as apostas entre os "especialistas" do mercado financeiro oscilavam entre uma redução de 0,25% e de 0,50% na taxa referencial de juros. Isso significa dizer que havia um amplo consenso - quase uma unanimidade - a respeito da necessidade e da certeza de que o COPOM promoveria uma diminuição. A dúvida residiria apenas no valor de tal baixa.
Atualmente a SELIC está no nível de 14,25% anuais. Esse valor foi anunciado pelo COPOM no final de julho de 2015 - há quase 15 meses atrás, portanto. Desde então, o valor estratosférico veio sendo mantido ao longo de nove reuniões regulares. Essa opção por uma política monetária de arrocho tem assegurado ao Brasil a posição de líder mundial absoluto no quesito taxa real de juros. Converte-se em importante peça de apoio à política do austericídio.
O principal argumento levantado pela turma do financismo para justificar tamanha insanidade refere-se ao modelo macroeconômico embutido na cabeça dos operadores do mercado financeiro. De acordo com tal interpretação do fenômeno econômico, o Brasil enfrentava um problema sério de aquecimento da demanda, com sérios riscos de retorno da inflação em níveis descontrolados.

Retomada do crescimento exige queda maior.

Realmente ao longo do período compreendido entre julho de 2014 e julho de 2015 a inflação anual saiu de 6,50% para quase 9%. Durante esses 12 meses, o COPOM elevou a SELIC de 11% para 14,25%. E o efeito prático desse reajuste sobre o nível de preços foi praticamente nulo. A manutenção dos atuais 14,25% ocorreu em processo de redução da inflação para os atuais 8,5% anuais, de acordo com a divulgação recente do IPCA relativo a setembro. Isso significa dizer que o diagnóstico a respeito dos fatores causadores da inflação está completamente equivocado. Nossa economia vem sendo completamente bombardeada com taxas de juros enormes e a as razões do crescimento não estão pelo lado do excesso da demanda. Muito pelo contrário! Afinal, atravessamos um período duro marcado por recessão da atividade, desemprego, falências e redução dos gastos públicos. Onde estariam os fatores impulsionadores desse suposto aquecimento das compras e impulsionador da elevação dos preços?
É importante recordarmos que, entre 2012 e 2013, a Presidenta Dilma ousou implementar uma política monetária fora dos padrões ditados pelo financismo. Durante nove meses a SELIC permaneceu a níveis abaixo de 8% ao ano. Com a inflação em torno de 5% e 6% anuais, esse período conheceu as menores taxas reais de juros dos últimos tempos – algo em torno de 2%. Some-se a esse fato o movimento orientando os grandes bancos federais a reduzirem seus spreads e oferecerem crédito mais barato do que a prática escandalosa promovida pela banca privada.
O desenrolar dos acontecimentos todos conhecemos. O governo foi completamente metralhado pelos meios de comunicação em suas intenções de colocar nossa economia em padrões minimamente civilizados em termos de espoliação do setor financeiro. A partir de então tem início o espancamento público de toda tentativa de fugir à cartilha da ortodoxia liberal, com a generalização da crítica da chamada "nova matriz econômica". Ao fim e ao cabo, o governo terminou por ceder nesse embate, ao invés de fortalecer sua via por meio da busca de apoio popular ao projeto de desenvolvimento com promoção de inclusão e redução das desigualdades.

Financismo no comando.

Ocorre que o golpeachment promoveu alguma mudança nos nomes do primeiro escalão e na orientação da política econômica. Aquele que havia obtido carta branca de Lula por oito longos anos na condução da política monetária tornou-se o todo poderoso da Fazenda com Temer. Outro legítimo representante da nata do financismo foi indicado para a presidência do BC. Assim, ainda que as condições objetivas da economia pouco tenham se alterado, aos olhos desse pessoal estaria chegada a hora de oferecer alguma boa notícia para o novo ocupante do Palácio do Planalto.
A inflação ainda continua acima do limite superior das metas oficiais? Bem, mas nesse caso estamos diante de uma equipe altamente tarimbada e reconhecida para promover o arranjo de nossa economia. Imagine se essa folga seria oferecida, assim, de bandeja para Dilma em algum momento atrás! De modo algum! Mas para Temer a turma do financismo aceita fazer um pecadilho em sua interpretação rigorosamente neoliberal e ortodoxa da dinâmica dos mercados. E deve mesmo reduzir a SELIC em uma conjuntura que os modelitos de planilha ainda consideram "perigosa".
Essa é justamente a hipocrisia do financismo. Assim como os critérios de justiça de Moro e da turma de Curitiba têm sido marcados por seletividade e falta de isonomia de tatamento, a turma do COPOM também começa a operar com 2 pesos e 2 medidas. E ainda se valem da narrativa de "independência" nas ações do BC. Pura balela! Essa redução da SELIC evidencia a subordinação da política monetária aos interesses do Planalto. Fato esse, aliás, mais do que natural e perfeitamente compreensível. Só não me venham com esse discurso falacioso de um suposto véu de neutralidade técnica da decisão. É mais do que óbvio que foi motivada pela política. E ponto final!

Boa oferece notícia para Temer.

As páginas de economia e os programas similares nas redes de rádio e televisão estão se dedicando intensamente a blindar o presidente e sua equipe. É um trabalho árduo de garimpar notícias boas ou "não tão ruins assim" para comprovar a tese estabelecida "a priori" de que o novo governo é competente e veio para recuperar nossa economia. A inflação continua alta? Ah, mas ela vem apresentando milésimos de tendência de queda em alguns setores. A recessão continua se impondo? Ah, mas os índices de confiança do empresariado estariam demonstrando que agora a coisa vai. O desemprego continua se elevando, com a superação da marca de 12 milhões de pessoas? Ah, mas as perspectivas para 2017 se apresentam com indícios de melhorias.

A decisão do COPOM se apresenta como mais um mecanismo para reverter as expectativas e ganhar as manchetes com notícias menos ruins. Longe de mim criticar essa decisão do Comitê. Qualquer decisão que reduza o custo do investimento, que contribua para diminuir o volume de despesas com encargos da dívida e que alimente a necessária retomada do crescimento é sempre bem vinda.

No entanto, é necessário analisar com certa cautela e reserva a notícia da nova SELIC. O BC nada tem feito para reduzir os spreads e os custos financeiros embutidos nas operações de crédito. Muito pelo contrário, estudos têm demonstrado que os bancos públicos estão praticando taxas até mais elevadas que os seus pares do setor privado. Mais ainda, se a inflação está mesmo com tendência de queda, estaria aí outro argumento forte para acelerar ainda mais a queda da SELIC, pois a taxa real de juros estaria sendo elevada. O governo nada faz nessa direção. Apenas martela o discurso monotônico do corte de despesas.

Mas aí já seria esperar demais dessa equipe econômica. Com dois representantes diretos do financismo no comando das coisas, pode-se até fazer algum agradinho ao Presidente da República. No entanto, a defesa do interesse de classe os impede de avançar na direção de um projeto que se oriente por protagonismo do setor produtivo e que se preocupe com distribuição de renda e inclusão.

Fazer uma nesguinha de hipocrisia e de demagogia até pode ser. Afinal, Temer está mesmo precisando anunciar alguma notícia boa de seu governo. Mas, veja bem, sempre no limite da responsabilidade fiscal e financista. Sem exageros, por favor! Estamos de olho, hein, Meirelles e Ilan?

*Doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-hipocrisia-do-financismo-e-a-SELIC/7/37032

TUXAUA
Acontecendo
BOLETIM INFORMATIVO
21 de outubro de 2016 | Número 024

A programação será composta de palestras, seminários, debates, lançamentos de livros, filmes, shows musicais e exposições. Serão convidados aproximadamente duzentos escritores. Além disso, espetáculos nas áreas de música, teatro, dança e contação de histórias oferecerão atividades para visitantes de todas as idades.

Em sintonia com a literatura brasileira e a rica diversidade cultural do país, o evento contará com uma ampla praça de alimentação, com grande variedade gastronômica, visando ampliar as opções de lazer e entretenimento, no ambiente onde o livro será o personagem principal.

Seminário
Diálogos em Construção: Reforma Política

Data: 29 de outubro (sábado)
Horário: 08h30 às 12h00
Local: Centro Cultural de Brasília (CCB)
Endereço: Av. L2 Norte (SGAN) Quadra 601, Bl. B

Convidados:
Patrus Ananias
Claudio Fonteles

Ciclo de Debates
"Democracia e Fortalecimento do Projeto Político-Organizativo da CUT"

Data: 29 e 30 de outubro de 2016
Promoção: Secretaria de Organização e Secretaria Geral da CUT Nacional
E CUT-MT

BOLETIM INFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretáriode Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré–mawé,* por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.